

HABEAS CORPUS Nº 514.712 - SP (2019/0165114-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RODRIGO PINHEIRO ELIAS
ADVOGADO : RODRIGO PINHEIRO ELIAS - SP318179
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JHONATAN DOS SANTOS CARVALHO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JHONATAN DOS SANTOS CARVALHO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no HC n.º 2075950-20.2019.8.26.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 02/03/2019, pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006, em razão da apreensão de "*10 pedras de crack, contendo 2,7 gramas, 49 porções de cocaína, com peso de 49 gramas, 28 porções de maconha, pesando 74,5 gramas, uma porção a granel de maconha, com 17 gramas, e um tijolo de maconha com peso de 506 gramas, além da quantia de R\$ 59,00 em dinheiro, um facão, uma balança de precisão e vários aparelhos de telefone celular*" (fls. 37-38). A prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 31-34).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que denegou a ordem (fls. 35-40).

Nas razões deste *writ*, o Impetrante alega que não se encontram presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no art. 312 do Código de Processo Penal e que o decreto prisional carece de fundamentação idônea.

Sustenta falta de indícios de autoria e de materialidade delitiva.

Informa que o Paciente possui condições pessoais favoráveis.

Aduz, ainda, ser desproporcional a medida, em razão da possível aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no art. 33, § 4.º, da Lei n.º 11.343/2006.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva. Subsidiariamente, pleiteia a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Este pode até ser admitido; aquela, ao revés, não se evidencia isenta de dúvidas.

O Juízo de primeira instância, ao decretar a prisão preventiva, salientou que (fls. 32-33; sem grifos no original):

"[...]

A prisão em flagrante merece ser convertida em prisão preventiva, porquanto após o recebimento de denúncias de tráfico contra os autuados Jonathan e Alifer, bem como contra o irmão adolescente de Jonathan, os policiais efetuaram campana na residência de Jonathan e avistaram um veículo Fiat/Palio chegando ao local, tendo o custodiado Yan (também conhecido por denúncias de tráfico) descido de tal carro, entrado na casa e saído em seguida, com um pacote nas mãos, após o que entrou novamente no veículo, que saiu em disparada e não atendeu à ordem de parada dada pela polícia. Consta, ainda, que o automóvel somente parou depois de terem sido dados tiros contra os pneus, sendo os ocupantes abordados, apurando-se que era o custodiado Rodrigo quem o conduzia, tendo Yan dispensado ao lado do carro o embrulho que carregava, apurando-se que o mesmo continha um tijolo de maconha com cerca de 506 g. Em continuidade, a polícia retornou à residência de Jonathan, onde surpreendeu tal autuado, mais o custodiado Alifer e o adolescente Giovani picando e embalando porções de maconha, sendo encontradas na casa vinte e oito porções já embaladas, uma porção de maconha a granel, dez pedras de 'crack' já embaladas, uma porção de cocaína com cerca de 49 g, além de balança, e de facão com resquícios de entorpecente, indicando tais circunstâncias a existência de fundados indícios de envolvimento dos autuados nos delitos de tráfico e de associação.

*III - Diante de tais fatos, tem-se como incompatível a liberdade a quem está envolvido na prática dos crimes de tráfico e de associação, sendo o primeiro deles equiparado a hediondo, e que é inegável fonte de outros tipos de criminalidade, **havendo gravidade concreta na conduta dos autuados, já que além da expressiva quantidade e variedade de drogas apreendidas, que poderiam abastecer centenas de usuários, o custodiado Rodrigo já registra contra si condenação pela prática de tráfico, tendo o autuado Jonathan sido preso em flagrante por tal delito e descumprido as condições da liberdade provisória que lhe foi fixada, ao se envolver em outro crime.** Consta, ainda, que o autuado Yan também registra contra si condenação criminal pela prática de roubo, e que o custodiado Alifer igualmente estava em gozo de liberdade provisória concedida em outro feito, no qual foi preso preventivamente, não fazendo jus à confiança que o juízo lhe depositou anteriormente*

quando foi concedido aquele benefício. Além disso, os autuados Rodrigo e Yan tentaram se evadir da abordagem policial, o que mais reforça a necessidade de manutenção das custódias, evitando que em liberdade, venham a tentar fugir novamente.

*IV - Ademais, a custódia cautelar dos averiguados, além de resguardar a ordem pública, evitando que, em liberdade, venham a tentar se evadir (como Rodrigo e Yan já o fizeram), e prossigam no nefasto comércio, imprime celeridade ao processo, permitindo a rápida instrução processual, bem como enseja também eventual reconhecimento dos agentes por parte de testemunhas. V - A par de tal fato, a prisão dos indiciados também assegura a aplicação da lei penal, pois em caso de eventual condenação, incabível a concessão de benefício liberatório imediato, em razão da pena e do regime prisional cominados para os delitos de tráfico e associação, e das desfavoráveis condições subjetivas dos autuados. VII - Ante o exposto, e em atenção ao fato de existirem prova da materialidade delitiva e suficientes indícios da autoria criminosa dos averiguados, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA**, já que presentes os requisitos dos artigos 311 a 313, todos do Código de Processo Penal, não prosperando, pelos mesmos motivos acima expostos, o pedido das Defensorias."*

Como se percebe, os fundamentos do acórdão atacado não se mostram, ao menos em cognição sumária, desarrazoados ou ilegais, tendo sido demonstrada a necessidade de manutenção da segregação cautelar para garantia da ordem pública, ante o fundado receio de reiteração delitiva, pois o Paciente foi preso enquanto estava em gozo do benefício de liberdade provisória, bem como na gravidade concreta da conduta, evidenciada pela quantidade e pela variedade das drogas apreendidas – "10 pedras de crack, contendo 2,7 gramas, 49 porções de cocaína, com peso de 49 gramas, 28 porções de maconha, pesando 74,5 gramas, uma porção a granel de maconha, com 17 gramas, e um tijolo de maconha com peso de 506 gramas" (fls. 37-38).

É entendimento desta Corte Superior que "[a] expressiva quantidade, a variedade e a natureza deletéria das drogas apreendidas na posse e/ou residências dos acusados, bem como a razoável quantia em dinheiro e outros petrechos comumente utilizados no manuseio dos entorpecentes, também evidenciam a gravidade dos diversos crimes que se busca apurar e principalmente a periculosidade em concreto do investigado, predcados idôneos a rechaçar a alvitrada liberdade provisória" (HC 441.712/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 12/03/2019).

Ademais, *"a periculosidade do agente e a fundada probabilidade de reiteração criminosa constituem fundamentação idônea para a decretação da custódia preventiva"* (HC 150.906 AgR, Rel. Ministro ROBERTO BARROSO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 25/04/2018).

Esclarece-se que, nessa fase processual, não há como prever a quantidade de pena que eventualmente poderá ser imposta, caso seja condenado o Paciente, menos ainda se iniciará o cumprimento da reprimenda em regime diverso do fechado, de modo que não se torna possível avaliar a arguida desproporção da prisão cautelar. No mesmo sentido:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DELITIVA. GRAVIDADE IN CONCRETO. VARIEDADE DAS DROGAS. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

3. A custódia cautelar não afronta, por si só, o princípio da homogeneidade ou da proporcionalidade, porquanto não há como estabelecer, neste momento inicial do processo, flagrante desproporção entre a medida cautelar e a sanção decorrente de eventual condenação.

4. Recurso ordinário desprovido." (RHC 98.483/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe de 27/06/2018; sem grifos no original.)

Ressalto que a existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não é apta a desconstituir a prisão processual, caso estejam presentes os requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a imposição da medida extrema, como verificado na hipótese.

A propósito:

"[...]

III - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Recurso ordinário em habeas corpus desprovido." (RHC 99.387/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 15/08/2018.)

Por fim, vale lembrar que, por demandar revolvimento de matéria fático-probatória, a via estreita do *habeas corpus*, ou do recurso que lhe faça as vezes, não é adequada para examinar teses sobre ausência de provas ou sobre falta de indícios suficientes de autoria e de materialidade delitiva.

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Requisitem-se informações ao Tribunal de origem e ao Juízo de primeira instância, solicitando-lhes chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora